

Uma leitura interseccional sobre o perfil sociológico de pessoas idosas que frequentaram disciplinas isoladas de graduação presencial em uma universidade federal

An intersectional Reading on the sociological profile of elderly people that attend isolated on site graduation disciplines at a federal university

Una lectura interseccional sobre el perfil sociológico de las personas mayores que asistieron a asignaturas aisladas de pregrado presencial en una universidad federal

Eduardo Ramirez Meza
Marcelo Victor da Rosa

RESUMO: A leitura interseccional realizada sobre o perfil sociológico de 69 pessoas idosas, participantes de disciplinas isoladas de graduação presencial da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, demonstra que, na constituição destes sujeitos, a categoria geração se intersecciona, especialmente, com marcadores sociais da diferença de gênero, raça/etnia e classe social. Os primeiros dados articulados entre si revelam a importância de se problematizar o contexto do micro (pessoa idosa) ao macro (práticas regulatórias que envolvem a velhice).

Palavras-chave: Geração; Educação; Interseccionalidade.

ABSTRACT: *The intersectional reading that was made on the sociological profile of 69 elderly people, participants of isolated graduation disciplines at Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, shows that, on these subjects constitution, the generation category intersects, specifically, with social markers of gender differences, ethnics/race and social class. The first data articulated with each other reveal the importance of problematizing the micro context (elderly person) and macro (regulatory practices that involve old age).*

Keywords: *Generation; Education; Intersectionality.*

RESUMEN: *La lectura interseccional realizada sobre el perfil sociológico de 69 personas mayores, participantes de asignaturas aisladas de pregrado en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, muestra que, en la constitución de estos sujetos, la categoría generación se entrecruza, especialmente, con marcadores sociales de la diferencia de género, raza/etnia y clase social. Los primeros datos articulados entre sí revelan la importancia de problematizar el contexto desde lo micro (la persona mayor) hasta lo macro (las prácticas reguladoras que involucran la vejez).*

Palabras clave: *Generacion; Educación; Interseccionalidad.*

Introdução

Este artigo¹ apresenta uma leitura que evidencia elementos para se pensar a interseccionalidade a partir do perfil sociológico de pessoas idosas participantes da atividade de extensão “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica”, desenvolvida pelo Programa Institucional de Extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UnAPI/UFMS).

A UnAPI/UFMS teve início em 2011 sob a denominação “Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa – ProDiHPI/UFMS”, apontando como objetivo geral organizar, promover e fortalecer o desenvolvimento de “ações integradas de ensino, pesquisa e

¹ “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

extensão que tenham como foco a valorização da pessoa idosa na sociedade e a qualificação dos serviços e das políticas sociais públicas voltadas a este segmento populacional”².

Segundo consta do sítio institucional, em 2015 a proposta foi ampliada, submetida e aprovada em edital nacional do Ministério da Educação, ano que marcou o início da atividade “Pessoa Idosa na Formação Acadêmica” na UFMS. Esta atividade, em que se situa o presente estudo, tem como objetivo proporcionar acesso de pessoas idosas (60 anos ou mais e que tenham pelo menos o ensino médio completo) a disciplinas regulares de cursos de graduação da UFMS, possibilitando aprofundamento e atualização de conhecimentos e intercâmbio com alunos dos diversos cursos. Em 2018 o Programa foi institucionalizado como “Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI/UFMS)”, resgatando o histórico anterior e fortalecendo o compromisso institucional com a temática.

Segundo a Diretoria de Escola de Extensão da UFMS, na condição de unidade responsável pela gestão de todos os Programas Institucionais de Extensão (informação verbal)³, a inclusão da pessoa idosa na formação acadêmica promovida pela UnAPI/UFMS se inicia semestralmente com a publicação de edital interno⁴, por meio do qual convida docentes da instituição a aderirem ao Programa e a oferecerem vagas que visem ao acolhimento e à inclusão de pessoas idosas em disciplinas de graduação presencial (no mínimo duas vagas por disciplina). Finalizado o prazo para adesão, a UFMS sistematiza as informações e publica edital externo⁵, tornando pública a abertura de inscrições de pessoas idosas para o preenchimento destas vagas. As pessoas idosas são matriculadas no Programa UnAPI/UFMS (o que não gera vínculo acadêmico com a graduação) e, quando cumprem com as exigências relativas à sua participação, sobretudo frequência, mas, também, avaliação, recebem certificado de extensão.

Não obstante, com relação à avaliação é oportuno destacar que, inclusive pela autonomia de cátedra, os/as professores/as das disciplinas podem adotar métodos e critérios diferenciados para a avaliação específica das pessoas idosas. Sobre este quesito, outro trabalho

² Conforme informações disponíveis no sítio institucional, <https://unapi.ufms.br/o-que-e-unapi/>, acessado em 10 de julho de 2021.

³ Informação fornecida pelo ocupante do cargo, durante despacho interlocutório presencial mantido em outubro de 2020.

⁴ Ver exemplo em <https://proece.ufms.br/proece-lanca-edital-para-adesao-e-registro-de-vagas-para-pessoas-idosas-em-disciplinas-de-graduacao-extensao-cultura-e-esporte/>, acessado em 10 de julho de 2021.

⁵ Ver exemplo em <https://www.ufms.br/unapi-abraca-idosos-com-oferta-de-vagas-em-disciplinas-e-projetos-de-extensao-cultura-e-esporte/>, acessado em 10 de julho de 2021.

que também se debruçou para estudar as vivências possibilitadas pela UnAPI/UFMS, corrobora esta flexibilização. Neste sentido, Duarte (2021, p. 80) apresenta a seguinte constatação:

Por fim, a vivência das disciplinas é avaliada como sendo algo pertencente ao campo das experiências, o que de alguma forma responde a motivações para o recebimento [do certificado], como discutido anteriormente. Pois a pessoa idosa em sala de aula foi entendida como fomentadora de troca de experiências. Percebe-se, nesse contexto, que as experiências, avaliáveis ou não, podem ser entendidas como vivências educativas.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, “pessoas idosas” são aqueles indivíduos com 60 anos ou mais de idade cronológica. Este mesmo entendimento está presente na Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) e no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), além de ser adotado para a admissão de pessoas idosas no Programa Institucional de Extensão UnAPI/UFMS.

Para Mannheim (1993), o problema sociológico das gerações começa no momento em que a relevância sociológica desses dados é distinguida. Para ir além dos fenômenos elementares, a primeira tarefa para estudar gerações seria compreender a conexão geracional como um tipo específico de posição social.

Britto da Motta (2010) chama a atenção para o sentido dinâmico e plural da condição pois, segundo ela, *geração* corresponderia, em um sentido amplo, tanto à posição quanto à atuação do indivíduo em seu grupo etário (o que aqui entendemos como categoria geracional). Outro aspecto importante destacado pela autora é que as pessoas mudam de idade (processo biossocial) e de expectativas sobre ela, fazendo com que, em determinados períodos de suas vidas, seu grupo etário vá assumindo posições geracionais diversas enquanto coorte⁶ geracional, ainda que não necessariamente enquanto geração social no sentido definido por Mannheim (1993).

Acerca da classificação por idade, Bourdieu (2003) argumenta que esta acaba, sempre, impondo limites e produzindo uma ordem, em que cada qual deveria se manter em seu lugar.

⁶ “Coorte é referência estatística ou demográfica e basicamente designa um conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo intervalo de tempo, expostos a determinados eventos de caráter demográfico (...) *coorte* é o que deveria ser usado no sentido social mais amplo, *geração* referindo-se apenas ao âmbito da família, no sentido genealógico. Bengtson (1995) critica duramente o uso de geração, pela imprecisão, propondo até, em seu lugar, o termo *linhagem*, porém ao mesmo tempo edita toda uma discussão teórica em que geração é inevitável – a paradigmática equidade entre as gerações” (Britto da Motta, 2010, p. 228).

Ou seja, ao realizar a classificação etária, a sociedade estabelece um marcador social da diferença que acaba, muitas vezes, resultando na produção de uma desigualdade social pois, conforme lembra Bourdieu (2003), em todas as sociedades a fronteira entre juventude e velhice sempre foi campo de disputa de poder. Uma vez que os grupos se definem a partir do lugar social em que se encontram, essa forma de organização social fundamentada na classificação dos sujeitos cria relações de poder.

Assim as pessoas idosas, do ponto de vista sociológico e enquanto categoria geracional, podem ser percebidas como “minorias”, não necessariamente no sentido numérico do termo, mas por estarem experimentando uma fase da vida que pode se traduzir, em muitos casos, como desvantagem social. E, na perspectiva das “minorias”, a articulação social da diferença situa-se em uma complexa negociação que busca legitimar os hibridismos que aparecem nos momentos de transformação histórica (Bhabha, 1998), como é o tempo presente.

Ainda que se classifiquem as pessoas, pensando-se especificamente quanto aos recortes por idade, os grupos categorizados como pessoas idosas são constituídos por indivíduos que comportam características extremamente diversificadas, como assinalou Walter (2010, p. 193):

Diferentemente das crianças e adolescentes, e até mesmo dos adultos, pessoas acima de 60 ou 65 anos possuem características pessoais tão diversificadas quanto é possível em um grupo que pode conter diferenças etárias de mais de 30 anos. Entre os idosos encontram-se pessoas num gradiente que vai desde aquele que desempenha todas as suas atividades de maneira independente, trabalha, tem renda, boa saúde, relações familiares e sociais, até a pessoa totalmente dependente de cuidados de terceiros, com necessidades físicas e psíquicas extremas, que não se relaciona mais familiar ou socialmente por impedimentos de saúde, por exemplo. Em cada ponto desse gradiente, extremamente matizado, pois todas as combinações de condições físicas, mentais e sociais são possíveis, a idade das pessoas pode ser extremamente diversificada.

Sem desconsiderar estas diferenças intragrupo assinaladas por Walter (2010), o presente estudo procura analisar de que maneira marcadores sociais da diferença se articulam interseccionalmente na constituição destes sujeitos. Por marcador social da diferença entende-se o campo de estudos que adota como eixo central o debate sobre o modo pelo qual diferentes

elementos das características humanas, geração, raça/etnia, gênero, sexualidade, classe, entre outras, dão margem à construção social de um sistema de classificação que cria posições, expectativas e relações sociais distintas. Nessa perspectiva, a constituição social e cultural destes sujeitos é atravessada pela sua relação com as tramas discursivas destes marcadores sociais da diferença, enquanto variáveis que se articulam, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social como da constituição de corpos e identidades coletivas, de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas (Melo, Malfitano, & Lopes, 2020; Zamboni, 2014).

Desse modo, o termo “marcador social da diferença” é aqui utilizado como aquele que não necessariamente exclui ou essencializa as categorias, mas que contribui para explicitar quais categorias operam em determinados contextos. Isso remete ao conceito de interseccionalidade que, para Collins (2017), refere-se necessariamente a formas de sistemas sociais que se entrecruzam.

É necessário destacar que o princípio da interseccionalidade, postulado formal e inicialmente por Crenshaw (2002), a partir da percepção da vida concreta experimentada pelas mulheres negras participantes do movimento feminista nos Estados Unidos, disseminou-se rapidamente para outros contextos, no sentido de abandonar propostas de estudo pautadas em categorias “monolíticas” de análise, assim como aquelas que tão somente consideram as demais categorias como exclusivamente “aditivas”.

Nesse sentido, a categoria geração, presente no perfil sociológico das pessoas participantes da iniciativa realizada pela UnAPI/UFMS, interage com outros marcadores sociais da diferença. A leitura realizada, na perspectiva interseccional, pretende fornecer elementos para se ultrapassar as dualidades estáticas que, eventualmente, podem perpassar as análises pautadas em marcadores sociais da diferença considerados de *per si*. Sobre estas dualidades, vale também destacar os questionamentos propostos por Bhabha (1998, p. 41):

Pode a meta da liberdade de conhecimento ser a simples inversão da relação opressor e oprimido, centro e periferia, imagem negativa e imagem positiva? Será que nossa única saída de tal dualismo é a adoção de uma oposicionalidade implacável ou a invenção de um contra-mito originário da pureza radical? Deverá o projeto de nossa estética liberacionista ser para sempre parte de uma visão utópica totalizante do Ser e da História que tenta transcender as

contradições e ambivalências que constituem a própria estrutura da subjetividade humana e seus sistemas de representação cultural?

As categorias social e historicamente constituídas existem nas, e por meio das, relações entre elas, pois “em um contexto racializado, todas as sexualidades estão inscritas em matrizes racializadas de poder, embora os encontros racializados também tenham lugar em espaços de profunda ambivalência, admiração, inveja, desejo” (Piscitelli, 2008, p. 269). Isso porque, ainda que estas diferenças estejam, de fato e em contextos diversificados, articuladas em termos de gênero e de racialidade, as relações entre ambas não estariam isentas de simultâneas articulações com outros marcadores sociais da diferença, de exercícios (intencionais ou não) de resistências.

Tendo como referência estas premissas iniciais, será apresentado e discutido interseccionalmente o perfil sociológico das pessoas idosas que se matricularam em disciplinas de graduação presencial pela UnAPI/UFMS. Para tanto, o primeiro passo adotado foi solicitar à Diretoria de Escola de Extensão/UFMS que disponibilizasse as informações de perfil obtidas no ato das matrículas. Em atendimento à solicitação foi recebida uma única planilha de *Excel*, na qual cada uma das 69 linhas correspondia a um sujeito (sem identificação nominal) e, em oito colunas, estavam dispostas as informações relativas à faixa etária, gênero, raça/etnia, estado civil, religião, ocupação, nível de escolarização e faixa de renda.

Segundo comunicado pela Diretoria de Escola de Extensão, estes dados são relativos a 69 sujeitos que se matricularam no segundo semestre letivo de 2018 e no primeiro semestre letivo de 2019. De posse dessas informações, com o intuito de viabilizar a análise pretendida, os dados foram entrecruzados e quantificados, em termos de frequência (números absolutos) e de percentuais, sendo assim reorganizados, apresentados na forma de tabelas e discutidos à luz da perspectiva teórica interseccional que envolve os marcadores sociais da diferença⁷.

⁷ Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFMS, CAAE n.º 46863121.0.0000.0021

Faixa etária, gênero e raça/etnia

Antes de se aprofundar nas análises interseccionais, é interessante observar e analisar quantitativamente a distribuição deste grupo de pessoas idosas, preliminarmente contemplando faixa etária, identidade de gênero e etnia/raça.

Tabela 1 - Distribuição do número de pessoas idosas matriculadas, por identidade de gênero e faixa etária

Gênero	Faixa Etária								Subtotal	
	60-65 anos		66-70 anos		71-75 anos		76-80 anos		Freq.	%
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Mulher	45	65,22%	7	10,14%	4	5,80%	1	1,45%	57	82,61%
Homem	7	10,14%	2	2,90%	1	1,45%	2	2,90%	12	17,39%
TOTAIS	52	75,36%	9	13,04%	5	7,25%	3	4,35%	69	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Verifica-se, na Tabela 1, que a maioria das pessoas idosas matriculadas foi composta por mulheres (82,61%), corroborando a perspectiva de que o envelhecimento é também uma questão de gênero, enquanto marcador social da diferença que se faz presente nestes processos: “Considerando a população idosa como um todo, observa-se que 55% dela são formados por mulheres” (Camarano, Kanso, & Mello, 2004, p. 29). Não obstante, observa-se que o percentual de mulheres idosas participantes, no período, é superior ao próprio percentual de mulheres idosas na população.

Com relação à faixa etária, o grupo é majoritariamente formado por pessoas de 60 a 65 anos (75,36% na média geral). Observando este aspecto específico, chama a atenção o fato de que os homens matriculados tenham sido proporcionalmente mais velhos que as mulheres: na faixa etária de 60 a 65 anos há 45 de um total de 57 mulheres (o que corresponde a 78,95% do total de mulheres) e 7 dentre 12 homens (58,33%), ao passo que, na faixa etária dos 76 a 80 anos, há 2 dentre 12 homens (16,67%) e apenas 1 dentre 57 mulheres (1,75%). Como as análises tomam como referências dados de perfil, e não dos sujeitos ou de entrevistas, não se dispõe de informações que permitam inferir as motivações desta constatação. Inclusive, como se verificará mais adiante nas Tabelas 5 e 6, o fato não pode ser associado à ocupação, já que 41,67% dos homens declararam estar trabalhando, contra 17,54% das mulheres. O que se pode afirmar, por ora, é que o percentual de homens trabalhando é quase três vezes superior ao percentual de mulheres trabalhando.

Tabela 2 - Distribuição do número de pessoas idosas matriculadas, por faixa etária e raça/etnia

Raça/etnia	FAIXA ETÁRIA								Subtotal	
	60-65 anos		66-70 anos		71-75 anos		76-80 anos			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	28	40,58%	6	8,70%	3	4,35%	3	4,35%	40	57,97%
Pardo/a	17	24,64%	1	1,45%	0	0,00%	0	0,00%	18	26,09%
Negro/a	4	5,80%	1	1,45%	0	0,00%	0	0,00%	5	7,25%
Amarelo/a	2	2,90%	1	1,45%	1	1,45%	0	0,00%	4	5,80%
Indígena	1	1,45%	0	0,00%	1	1,45%	0	0,00%	2	2,90%
TOTAIS	52	75,36%	9	13,04%	5	7,25%	3	4,35%	69	100,00%

Fonte: Os autores, 2021.

A presença majoritária de pessoas que se declararam brancas (57,97%) e que acessaram a UnAPI/UFMS no período em referência reforçam a perspectiva apresentada, dentre outros, por Marques (2018: 5) de que, “os jovens negros se evadem ou são reprovados no ensino médio e não são inseridos na educação superior na mesma proporção que os brancos”. Assim como os estudos relacionados ao nível de escolarização, cruzados com raça/etnia, vem historicamente denunciando, a participação majoritária de pessoas brancas parece ter se refletido no fato de, no âmbito do presente estudo, o acesso ao Programa ter sido alcançado majoritariamente por pessoas brancas, em detrimento das demais raças/etnias.

Em face destas primeiras constatações, verifica-se ter havido considerável distinção dentre os sujeitos deste grupo com relação a gênero e raça/etnia. Por este motivo, deste ponto em diante os dados relativos a cada marcador social da diferença interseccionado serão apresentados e problematizados a partir do gênero (em duas tabelas, uma para mulheres e outra para homens) e a partir de raça/etnia.

Gênero, raça/etnia e estado civil

O primeiro cruzamento de dados entre gênero e raça/etnia diz respeito ao estado civil dos indivíduos, apresentados separadamente os dados das mulheres (Tabela 3) e, em seguida, os dados dos homens (Tabela 4).

Tabela 3 - Distribuição de MULHERES matriculadas, por raça/etnia e estado civil

Raça/ etnia	ESTADO CIVIL										Subtotal	
	Solteiro(a)		Casado(a)		Separado(a)		Divorciado(a)		Viúvo(a)			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	6	10,53%	14	24,56%	1	1,75%	6	10,53%	6	10,53%	33	57,89%
Pardo/a	2	3,51%	4	7,02%	0	0,00%	4	7,02%	6	10,53%	16	28,07%
Negro/a	2	3,51%	2	3,51%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	7,02%
Amarelo/a	1	1,75%	1	1,75%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,51%
Indígena	2	3,51%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,51%
TOTAIS	13	22,81%	21	36,84%	1	1,75%	10	17,54%	12	21,05%	57	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Tabela 4 - Distribuição de HOMENS matriculados, por raça/etnia e estado civil

Raça/ etnia	ESTADO CIVIL						Subtotal	
	Solteiro(a)		Casado(a)		Divorciado(a)			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	1	8,33%	6	50,00%	0	0,00%	7	58,33%
Pardo/a	1	8,33%	1	8,33%	0	0,00%	2	16,67%
Negro/a	0	0,00%	1	8,33%	0	0,00%	1	8,33%
Amarelo/a	0	0,00%	1	8,33%	1	8,33%	2	16,67%
TOTAIS	2	16,67%	9	75,00%	1	8,33%	12	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Observando as informações das Tabelas 3 e 4, constata-se que das mulheres matriculadas, 36,84% são casadas, contra 75% de homens também casados. De imediato, pode-se constatar que as mulheres casadas, pelo menos a sua maioria, matricularam-se independentemente de igual iniciativa por parte de seus respectivos esposos. De todo o modo, como não se trabalhou com a identificação destes sujeitos, não se pode inferir se estes nove homens casados teriam ou não o vínculo matrimonial com alguma daquelas mulheres. Ainda sobre estas Tabelas, outro ponto relevante é que 100% das pessoas viúvas era composta por mulheres, novamente chamando a atenção para a questão de gênero.

Comparando as informações sobre homens e mulheres sob o recorte de raça/etnia e estado civil, verifica-se que, dentre as mulheres pardas, 37,5% são viúvas e 25% são divorciadas, enquanto entre os homens pardos 50% são solteiros e 50% são casados. Já dentre as mulheres brancas, 42,42% são casadas, enquanto entre homens brancos este percentual sobe para 85,71%. Um dado curioso é que houve apenas duas pessoas de etnia indígena, ambas mulheres solteiras, e um único homem negro, casado.

O percentual de mulheres que declaram não estarem casadas, especialmente separadas, divorciadas e viúvas, remete ao entendimento de libertação (Motta, 1998, como citado em Debert, & Brigeiro, 2012, p. 47):

Elas negam ter, no momento atual, intenções casaduras ou mesmo namoradeiras. Ressaltam, nesse sentido, “o trabalho que um homem dá” – do qual elas estão enfim libertas pela viuvez ou separação, enfatizando o compromisso com horários de refeições (ter que “dar a janta” é tido como um jugo terrível) e o fato de terem mais roupa para lavar.

Reforça este entendimento a conclusão de Alves, quando destaca que “as mulheres dizem que os homens só se interessam por mulheres mais velhas ‘quando querem sossegar em casa e precisam de alguém para fazer o serviço doméstico’” (Alves, 2004, como citado em Debert, & Brigeiro, 2012, p. 47).

Gênero, raça/etnia e ocupação

O próximo recorte a ser cruzado e analisado com gênero e raça/etnia diz respeito à declaração de ocupação destes sujeitos, novamente apresentados separadamente os dados das mulheres (Tabela 5) e, em seguida, os dados dos homens (Tabela 6).

Tabela 5 - Distribuição de MULHERES matriculadas, por raça/etnia e ocupação

Raça/etnia	Do lar		Trabalhando		Aposentado(a)		Pensionista		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	2	3,51%	6	10,53%	23	40,35%	2	3,51%	33	57,89%
Pardo/a	1	1,75%	2	3,51%	11	19,30%	2	3,51%	16	28,07%
Negro/a	0	0,00%	1	1,75%	3	5,26%	0	0,00%	4	7,02%
Amarelo/a	0	0,00%	0	0,00%	2	3,51%	0	0,00%	2	3,51%
Indígena	0	0,00%	1	1,75%	1	1,75%	0	0,00%	2	3,51%
TOTAIS	3	5,26%	10	17,54%	40	70,18%	4	7,02%	57	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Tabela 6 - Distribuição de HOMENS matriculados, por raça/etnia e ocupação

Raça/etnia	Trabalhando		Ocupação Aposentado(a)		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	5	41,67%	2	16,67%	7	58,33%
Pardo/a	0	0,00%	2	16,67%	2	16,67%
Negro/a	0	0,00%	1	8,33%	1	8,33%
Amarelo/a	0	0,00%	2	16,67%	2	16,67%
TOTAIS	5	41,67%	7	58,33%	12	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Como já afirmado anteriormente, na média, 41,67% dos homens declararam continuar trabalhando, contra 17,54% das mulheres. Para Ribeiro *et al.* (2018, p. 2684), “a necessidade de prover a família, associada à perda do poder aquisitivo ocasionado pelos baixos valores dos benefícios previdenciários, podem explicar a permanência de idosos no mercado de trabalho”. Não obstante, sobre este aspecto também vale destacar que o trabalho é uma esfera da vida social que não se guia exclusivamente pela racionalidade (Cacciamali, & Hirata, 2005), sendo organizado por princípios que ultrapassam os limites do capital, dentre eles, o de gênero, conforme postulado por Daniel (2011, p. 324):

Nesta perspectiva, homens e mulheres assumem diferentes atividades sob a justificativa de serem biologicamente mais adequados para determinadas tarefas e não outras. Esta divisão baseia-se na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de qualidades, habilidades e características que homens e mulheres carregariam naturalmente em seus corpos. Portanto, a natureza dos corpos justificaria os ‘trabalhos femininos’ e ‘trabalhos masculinos’, respaldados na crença de que, assim como existem o sexo masculino e o feminino, também existiriam habilidades masculinas e femininas que tornam homens aptos para o ‘trabalho masculino’ e mulheres aptas para o ‘trabalho feminino’.

Ainda que o mundo do trabalho venha se modificando e no tempo presente seja possível perceber aumento da participação das mulheres (Ribeiro, & Jesus, 2016), não se pode olvidar que o recorte aqui analisado é composto exclusivamente por mulheres idosas que não tiveram, em seu tempo de juventude, a oportunidade de vivenciar estas modificações.

Outra observação acerca das informações da Tabela 6 e que merece destaque é o fato de, dentre os homens, aqueles que continuam trabalhando são todos brancos, estando a totalidade dos pardos, negros e amarelos aposentados. Esta situação permite questionar se a

continuidade destas pessoas no mercado de trabalho passa (ou não) pela discriminação racial. Será que os postos de trabalho são igualmente acessíveis para homens idosos brancos e não brancos? Gouvêa (2016, p. 7) argumenta que “é preciso admitir que o contexto brasileiro faz com que a competição entre brancos e não brancos, quando se trata de relações de trabalho, seja desigual” e conclui que “isto se dá porque existem práticas discriminatórias sutis e mecanismos racistas mais gerais que acabam gerando maiores oportunidades para os brancos, com ganhos ocupacionais e de renda superiores”.

Outro dado relativo a gênero percebido nas Tabelas 5 e 6 é que nenhum homem se declara do lar ou pensionista, contra 5,25% e 7,02%, respectivamente, dentre as mulheres. Para Leite (2017, p. 57), esta segregação “se relaciona com a construção social dos papéis de gênero que confere às mulheres a responsabilidade pelas atividades reprodutivas e aos homens o papel de provedor”.

Gênero, raça/etnia, nível de escolarização e classe social

Este tópico dedica-se a entrecruzar e analisar com gênero e raça/etnia as informações relativas ao nível de escolarização e classe social (aqui colocados em termos de renda) declarados pelos sujeitos. Os dados relativos ao nível de escolarização das mulheres são apresentados na Tabela 7 e dos homens na Tabela 8. Já os dados de classe social (renda) das mulheres encontram-se na Tabela 9 e dos homens na Tabela 10.

Tabela 7 - Distribuição de MULHERES matriculadas, por raça/etnia e nível de escolarização

Raça/etnia	Nível de Escolarização									
	Ensino médio		Superior		Especialização		Mestrado		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	12	21,05%	12	21,05%	6	10,53%	3	5,26%	33	57,89%
Pardo/a	7	12,28%	7	12,28%	2	3,51%	0	0,00%	16	28,07%
Negro/a	2	3,51%	1	1,75%	1	1,75%	0	0,00%	4	7,02%
Amarelo/a	2	3,51%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,51%
Indígena	1	1,75%	1	1,75%	0	0,00%	0	0,00%	2	3,51%
TOTAIS	24	42,11%	21	36,84%	9	15,79%	3	5,26%	57	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Tabela 8 - Distribuição de HOMENS matriculados, por raça/etnia e nível de escolarização

Raça/etnia	Nível de Escolarização									
	Ensino médio		Superior		Especialização		Mestrado		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	2	16,67%	2	16,67%	1	8,33%	2	16,67%	7	58,33%
Pardo/a	1	8,33%	1	8,33%	0	0,00%	0	0,00%	2	16,67%
Negro/a	1	8,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	8,33%
Amarelo/a	1	8,33%	1	8,33%	0	0,00%	0	0,00%	2	16,67%
TOTAIS	5	41,67%	4	33,33%	1	8,33%	2	16,67%	12	100,00%

Fonte: Os autores, 2021.

O acesso à educação (aqui entendida como escolarização formal) tem sido compreendido como elemento primordial para a redução das desigualdades. Pensando a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, oficializada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990, Almeida (2009, p. 22) afirmou que “esse documento ressalta a importância do acesso à educação e do respeito aos direitos dos sujeitos, no que se refere a uma educação que transforme sua realidade social”.

Tendo em vista esta compreensão acerca da escolarização, observando-se as informações relativas ao nível de escolarização das pessoas idosas (Tabelas 7 e 8), constata-se que a maioria de mulheres e homens apresentavam ensino médio (condição mínima para participar do projeto), respectivamente, 42,11% e 41,67%. Mesmo que não haja dados relativos à eventual condição de ensino superior incompleto destes sujeitos, é de se supor que, para muitas destas pessoas, a participação na atividade de extensão pode ter sido a primeira oportunidade de frequentar o espaço universitário na condição de estudante.

Desdobrando a análise das informações de gênero, raça/etnia e escolaridade apresentadas nas Tabelas 7 e 8, fica evidente que a formação superior, somada aos níveis de especialização e de mestrado, é majoritariamente branca, tanto dentre mulheres (63,64%) quanto dentre os homens (71,43%). De outro lado, o maior percentual de pessoas sem nível superior dentre as mulheres foi da raça/etnia amarela (100%), seguida de mulheres das etnias negra e indígena (50% cada).

Dentre os homens, o maior percentual de pessoas sem nível superior foi da raça/etnia negra (100%), seguida de homens das etnias parda e amarela (50% cada). Outro dado relevante foi que somente pessoas brancas informaram possuir mestrado, sendo a maior proporção verificada dentre os homens (28,57%, contra 9,09% dentre as mulheres).

O que estes dados demonstram é que, no grupo analisado, gênero e raça/etnia tiveram importante relação com o nível de escolarização destas pessoas idosas com resultado favorável, quanto a gênero, para homens e, com relação à raça/etnia, pessoas brancas. Sobre estes dois aspectos, Marques (2010) faz importantes ponderações, ao afirmar que “Apesar da melhoria dos índices de escolaridade dos negros ao longo da história do nosso país, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações”. (Marques, 2010, pp. 45-46), além de constatar que as mulheres negras, “além do menor nível de escolaridade, trabalham mais, porém com rendimento menor, e poucas vezes conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente” (Marques, 2020, p. 211).

Tabela 9 - Distribuição de MULHERES matriculadas, por raça/etnia e classe social (faixa de renda)

Raça/etnia	Faixa de Renda									
	Sem renda		Até 1SM		2 a 3SM		Mais de 3SM		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	2	3,51%	2	3,51%	15	26,32%	14	24,56%	33	57,89%
Pardo/a	0	0,00%	2	3,51%	10	17,54%	4	7,02%	16	28,07%
Negro/a	0	0,00%	2	3,51%	1	1,75%	1	1,75%	4	7,02%
Amarelo/a	0	0,00%	1	1,75%	0	0,00%	1	1,75%	2	3,51%
Indígena	0	0,00%	0	0,00%	1	1,75%	1	1,75%	2	3,51%
TOTAIS	2	3,51%	7	12,28%	27	47,37%	21	36,84%	57	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Tabela 10 - Distribuição de HOMENS matriculados, por raça/etnia e classe social (faixa de renda)

Raça/etnia	Faixa de Renda							
	Até 1SM		2 a 3SM		Mais de 3SM		Subtotal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Branco/a	1	8,33%	3	25,00%	3	25,00%	7	58,33%
Pardo/a	0	0,00%	1	8,33%	1	8,33%	2	16,67%
Negro/a	0	0,00%	0	0,00%	1	8,33%	1	8,33%
Amarelo/a	1	8,33%	1	8,33%	0	0,00%	2	16,67%
TOTAIS	2	16,67%	5	41,67%	5	41,67%	12	100,00%

Fonte: Os autores, 2021

Com relação à renda, a maioria das mulheres (47,37%) recebia entre dois e três salários mínimos, enquanto 41,67% dos homens recebiam entre dois e três salários mínimos e igual percentual de homens recebia mais de três salários mínimos. Nenhum homem matriculado informou não possuir renda, contra 3,53% das mulheres. Novamente aqui se reflete a construção

social das *performances* de gênero assinaladas por Leite (2017), que conferem aos homens a função de provedor.

Observando os dados destes perfis, constata-se que classe social aparece como elemento importante na constituição destes sujeitos, sobretudo quando se constata que uma parcela significativa continuava exercendo atividades remuneradas. Cabe aqui considerar a centralidade que o trabalho exerce na constituição dos sujeitos, sobretudo na sociedade capitalista, conforme denunciado por De Masi (2001, pp. 44-45):

Uma vez transformado em ideologia, o trabalho passa a ser um valor em si, um dever voltado para Deus, a pátria, a família e para si mesmo. Sobre ele é cultivada uma rica literatura para exaltar os seus efeitos liberadores, nobilitantes, santificadores mesmo.

Mas também não se pode perder de vista o apontamento já citado de Ribeiro *et al.* (2018), de que a manutenção no mercado de trabalho pode estar ligada à necessidade de prover a família, bem como à perda do poder aquisitivo ocasionado pelos baixos valores dos benefícios previdenciários.

Com relação às intersecções de gênero, raça/étnica e classe social, constata-se pouca diferença na distribuição percentual entre homens brancos e mulheres brancas (em ambos o maior grupo encontra-se na faixa de renda superior a dois salários mínimos). Por outro lado, houve diferença significativa entre mulheres negras e homens negros: embora metade das mulheres negras já possuíssem curso superior e o homem negro possuísse apenas o ensino médio, a maioria das mulheres negras percebia até um salário mínimo e o homem negro percebia mais de três salários mínimos. Sobre este aspecto, a reflexão de Cacciamali e Hirata (2005, p; 772) é bastante ilustrativa: “A situação das mulheres negras é indubitavelmente a pior [...]: por serem mulheres e por serem negras. Recebem cerca de 33% do salário dos homens brancos em 1987, e atingem 40% em 1998”.

Considerações finais

O envelhecimento humano, enquanto fenômeno social hodiernamente reconhecido, pode ser estudado e analisado sob diversas perspectivas. Aqui a escolha foi a partir das diferenças culturais que se articulam na produção dos sujeitos que são classificados como

pertencentes a esta categoria geracional. A expectativa foi realçar elementos capazes de oferecer pistas investigativas para se tentar compreender, sobretudo, a produção das desigualdades forjadas em torno, mas, no caso presente, também no interior da categoria geracional.

A análise do perfil sociológico demonstrou que, na constituição dos sujeitos deste grupo de pessoas idosas, a categoria geracional se intersecciona com outros marcadores sociais da diferença, especialmente de gênero, de raça/etnia e de classe social.

Assim, no grupo de pessoas idosas aqui analisado, verificou-se algumas intersecções significativas com a categoria geracional:

- Gênero: maioria de mulheres (82,61%);
- Raça/etnia: maioria de pessoas brancas (57,97%);
- Gênero e estado civil: há mais mulheres não casadas do que homens não casados (63,16% contra 25%); somente mulheres são viúvas;
- Gênero e ocupação: somente mulheres se declaram do lar ou pensionista; a continuidade de trabalho remunerado é proporcionalmente maior entre homens (41,67% contra 17,54%);
- Gênero e raça/etnia e ocupação: somente homens brancos declaram a continuidade de trabalho remunerado;
- Raça/etnia e escolarização: somente pessoas brancas alcançaram o mestrado;
- Gênero e classe social: nenhum homem declarou não possuir renda, contra 3,53% das mulheres;
- Gênero e raça/etnia e classe social: mulheres negras mesmo com maior escolarização percebem menor rendimento que homem negro.

Analisar o perfil sociológico destas pessoas idosas pela perspectiva interseccional implica em reconhecer que a sociedade não é harmônica e, sim, conflitiva. Implica igualmente reconhecer que múltiplos aspectos se atravessam e compõem as identidades dos sujeitos na produção de desigualdades. Compreende-se que os marcadores sociais da diferença não concorrem entre si e, neste sentido, não se pode afirmar a predominância de um marcador sobre outro, pois a intersecção entre marcadores subjetiva os indivíduos, mas não se realiza sempre e do mesmo modo para todas as situações e sujeitos.

O que os dados aqui analisados permitem considerar é que, conforme apontado por Favero (2019), existe subalternidade mesmo em experiências normativas. A autora está chamando a atenção para o fato de que é totalmente possível ser privilegiado e discriminado ao mesmo tempo, conforme o marcador social que é acionado dentro de determinados contextos específicos. Daí decorre a importância de se desconstruir a gramática do privilégio (seja de geração, de gênero, de raça/etnia etc.) em favor da busca pelo reconhecimento de possibilidades de complementaridade que, sem deixar de lado as diferenças, permitam o estabelecimento e o fortalecimento de alianças.

Por fim, se se pretende admitir a perspectiva interseccional não somente como ideia de encontrar verdades, mas sobretudo de se voltar à justiça social, como proposto por Collins (2017), entende-se necessária tanto a desconstrução da gramática do privilégio e a construção de alianças (conforme proposto por Favero, 2019). Neste sentido, reafirma-se o desafio colocado por Prado Filho (2017) de se buscar promover novas formas de subjetividade pela recusa da individualidade moderna, aqui colocada no sentido de se problematizar o contexto do micro (pessoa idosa) ao macro (práticas regulatórias que envolvem a velhice).

Referências

- Almeida, C. E. M. (2009). *O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003-2008)*. Tese de doutorado em Educação. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Recuperado em 20 maio, 2021, de: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/691>.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da Cultura*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Bourdieu, P. (2003). A “juventude” é apenas uma palavra. In: Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Lisboa, Portugal: Fim de Século, 151-162.
- Brasil. (1994). Lei n.º 8.842, de 4 de fevereiro de 1994. *Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Recuperado em 10 maio, 2021, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm.
- Brasil. (2003). Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Recuperado em 10 maio, 2021, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm.
- Britto da Motta, A. (2010). A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. Brasília, DF: *Sociedade e Estado*, 25(2), 225-250. Recuperado em 4 fevereiro, 2021, de: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200005>.

Cacciamali, M. C.; & Hirata, G. I. (2005). A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. São Paulo, SP: *Estudos Econômicos*, 35(4), 767-795. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000400007>.

Camarano, A. A., Kanso, S., & Mello, J. L. (2004). Como vive o idoso brasileiro. In: Camarano, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 25-73. Recuperado em 12 maio, 2021, de: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5476.

Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. São Paulo, SP: *Parágrafo*, 5(1), 6-17. Recuperado em 10 dezembro, 2020 de: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56>.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Florianópolis, SC: *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado em 16 agosto, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

Daniel, C. (2011). O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. *O Social em Questão*, 25/26, 323-344. Recuperado em 20 maio, 2021, de: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf

Debert, G., & Brigeiro, M. (2012). Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. São Paulo, SP: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 37-54. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300003>.

De Masi, D. (2001). *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Duarte, J. C. dos S. (2021). “Tô velha, mas não tô morta”: um olhar antropológico sobre mulheres que participam do projeto Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS. (144f.). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campo Grande, MS: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Recuperado em 10 julho, 2021, de: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3670>.

Favero, S. (2019). Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. Natal, RN: *Bagoas*, 13(20), 169-197. Recuperado em 12 julho, 2021, de: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18675>.

Gouvêa, J. B. (2016). Pensando as relações raciais no mundo do trabalho: um olhar a partir da branquitude. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., *Anais...* Porto Alegre. RS: UFRGS, 1-8. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/66>.

Leite, M. de P. (2017). Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. São Paulo, SP: *Revista Ciências do Trabalho*, 8, 45-60. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/144/pdf>.

Mannheim, K. (1993). El problema de las generaciones. Madrid: *REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 62(93), 193-242. Recuperado em 11 dezembro, 2020, de: <http://www.reis.cis.es/REIS/jsp/REIS.jsp?opcion=revistas&numero=62>.

Marques, E.P. de S. (2010). *O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na Educação Superior: a experiência de duas Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul – 2005-2008*. (269f.). Tese de Doutorado em Educação. São Carlos, SP: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. Recuperado em 6 julho, 2021, de: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2244>.

Marques, E. P. de S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. Rio de Janeiro, RJ: *Revista Brasileira de Educação*, 23, 1-23. Recuperado em 10 julho, 2021, de: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>.

Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Goiânia, GO: *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274. Recuperado em 20 julho, 2020, de: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>.

Prado Filho, K. (2017). A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. Florianópolis, SC: *Revista de Ciências Humanas*, 51(2), 311-327. Recuperado em 29 outubro, 2020, de: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p311>.

Ribeiro, P. C. C. *et al.* (2018). Permanência no mercado de trabalho e satisfação com a vida na velhice. *Ciências & Saúde Coletiva*, 23(8), 2683-2692. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.20452016>.

Ribeiro, R. M., & Jesus, R. S. (2016). A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Viçosa, MG: *Revista de Ciências Humanas*, 16(1), 42-56. Recuperado em 11 julho, 2021, de: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1366>.

Walter, M. I. M. T. (2010). A dualidade na inserção política, social e familiar do idoso: estudo comparado dos casos de Brasil, Espanha e Estados Unidos. Campinas, SP: *Opinião Pública*, 16(1), 186-219. Recuperado em 19 julho, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100008>.

Recebido em 21/10/2021

Aceito em 31/12/2021

Eduardo Ramirez Meza – Graduado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da UFMS. Coordena o Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa/UFMS e chefia a Divisão de Planejamento da Extensão/UFMS.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7122-2415>

E-mail: eramirezmeza@gmail.com

Marcelo Victor da Rosa – Doutor em Educação (UFMS). Professor nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) e Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0621-0389>

E-mail: marcelo.rosa@ufms.br